

AVALIAÇÃO DA QUALIDADE, EFETIVIDADE E IMPACTO DO PRONTUÁRIO ELETRÔNICO DO CIDADÃO (PEC/E-SUS APS) NA PRODUÇÃO DE INDICADORES EPIDEMIOLÓGICOS E NA TOMADA DE DECISÃO EM SAÚDE PÚBLICA NO SUS

EVALUATION OF THE QUALITY, EFFECTIVENESS, AND IMPACT OF THE CITIZEN'S ELECTRONIC HEALTH RECORD (PEC/E-SUS APS) ON THE PRODUCTION OF EPIDEMIOLOGICAL INDICATORS AND DECISION-MAKING IN PUBLIC HEALTH WITHIN THE BRAZILIAN UNIFIED HEALTH SYSTEM (SUS)

Artigo recebido em: 8/23/2025

Artigo aceito em: 1/26/2026

Emily Rocha da Silva Rodrigues*

*Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), Manaus, Amazonas, Brasil

Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-9847-9332>
emily.rsrodrigues@gmail.com

Ana Carolina de Gusmão**

**Universidade Federal do Pará, Belém, Pará, Brasil

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7392-1159>
gusmao.ana86@gmail.com

Natalia Cristina Betoni Vieira***

***Centro Universitário Barão de Mauá, Pitangueiras, São Paulo, Brasil

Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-2392-1070>
natalia.betoni@gmail.com

Isabela Pretto Biasi****

****Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0182-5947>
isabelapbiasi@gmail.com

Gustavo Francisco Santos da Silva*****

*****Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá, Paraná, Brasil

Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-9447-6400>
gusfran11@hotmail.com

Joana Paula Carvalho Correa*****

*****Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Manaus, Amazonas, Brasil

Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-5918-5190>
j.penf@hotmail.com

Kalíope Ribeiro Lucas*****

*****Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), Fortaleza, Ceará, Brasil

Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-4225-2394>
kaliopefisio95@gmail.com

Soraia Arruda*****

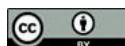
*****Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5506-0009>
so_arruda@hotmail.com

Natasha de Amorim Malato*****

*****Universidade José do Rosário Vellano (UNIFENAS), Alfenas, Minas Gerais, Brasil

Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-9617-9507>
natashamalato@gmail.com



Ana Paula Mendes Batista da Silva*****

*****Fundação de Ensino Superior de Olinda (FUNESO), Olinda, Pernambuco, Brasil
Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-8407-602X>
aannamendes@hotmail.com

The authors declare that there is no conflict of interest

Resumo

A informatização da Atenção Primária à Saúde tem se consolidado como estratégia fundamental para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde, especialmente no que se refere à qualificação da informação e ao aprimoramento dos processos decisórios. O presente estudo tem como objetivo analisar a qualidade, a efetividade e os impactos do Prontuário Eletrônico do Cidadão na produção de indicadores e na tomada de decisão em saúde pública. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, com delineamento descritivo, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica fundamentada em artigos científicos, documentos institucionais e normativas ministeriais relacionadas à informatização da Atenção Primária. A análise evidenciou que o uso do prontuário eletrônico favorece a padronização dos dados, amplia a confiabilidade das informações e fortalece a capacidade analítica dos gestores, contribuindo para o planejamento das ações e para a organização do cuidado. Observou-se, contudo, que a efetividade do sistema permanece condicionada à existência de infraestrutura tecnológica adequada, capacitação profissional e governança informacional. Conclui-se que o Prontuário Eletrônico do Cidadão ocupa posição estratégica na consolidação de práticas sanitárias orientadas por evidências, contribuindo para uma gestão mais integrada e responsiva às necessidades da população.

Palavras-chave: Atenção Primária à Saúde. Prontuário Eletrônico do Cidadão. Sistemas de Informação em Saúde.

Abstract

The informatization of Primary Health Care has been consolidated as a fundamental strategy for strengthening the Brazilian Unified Health System, particularly regarding information qualification and the improvement of decision-making processes. This study aims to analyze the quality, effectiveness, and impacts of the Electronic Citizen Medical Record on indicator production and public health decision-making. It is a qualitative study with a descriptive design, developed through a literature review based on scientific articles, institutional documents, and ministerial regulations related to Primary Health Care informatization. The analysis demonstrated that the use of electronic medical records promotes data standardization, enhances information reliability, and strengthens managers' analytical capacity, contributing to action planning and care organization. However, the system's effectiveness remains dependent on adequate technological infrastructure, professional training, and information governance. It is concluded that the Electronic Citizen Medical Record holds a strategic position in consolidating evidence-based health practices, contributing to more integrated management responsive to population needs.

Keywords: Primary Health Care. Electronic Health Records. Health Information Systems.

1 INTRODUÇÃO

A consolidação de sistemas de saúde capazes de responder às demandas epidemiológicas contemporâneas encontra na informação um de seus principais fundamentos organizacionais, pois a produção de dados confiáveis sustenta o planejamento, o monitoramento e a avaliação das ações sanitárias. Conforme assinala o Ministério da Saúde, a qualificação dos registros na Atenção Primária constitui elemento

essencial para a construção de indicadores capazes de orientar a gestão e fortalecer a tomada de decisão em saúde pública (Brasil, 2025a). Sob essa perspectiva, pode-se afirmar que a informação deixa de ocupar posição meramente administrativa e passa a configurar-se como recurso estratégico para a efetividade do Sistema Único de Saúde.

Nesse cenário, a transformação digital do setor saúde emerge como resposta às crescentes exigências por maior precisão informacional, transparência administrativa e eficiência na alocação dos recursos. É bem como pontua Barros (2024) que a implantação de sistemas informatizados na atenção básica promoveu avanços na consistência dos registros e ampliou a padronização dos dados enviados às bases nacionais, favorecendo análises comparativas entre territórios e fortalecendo a vigilância em saúde. Diante dessa afirmação, percebe-se que a informatização não representa apenas inovação tecnológica, revelando uma reorganização das práticas gerenciais e assistenciais.

A institucionalização desse movimento ganhou maior densidade com a criação do Programa Informatiza APS, que, conforme estabelece a Portaria nº 2.983/2019, possui o objetivo de apoiar a informatização das unidades e qualificar os dados em saúde, subsidiando o planejamento e a avaliação das ações e serviços (Brasil, 2019). Assim, diante desse direcionamento político-institucional, observa-se que a digitalização da Atenção Primária se articula a uma agenda mais ampla de fortalecimento do SUS, na qual a informação assume centralidade estratégica.

Entre os instrumentos que materializam esse processo, destaca-se o Prontuário Eletrônico do Cidadão, desenvolvido para registrar de forma individualizada as ações realizadas pelas equipes e permitir maior organização das informações clínicas e gerenciais (Brasil, 2025b). Conforme assinala Celuppi (2024), a consolidação do e-SUS APS ao longo dos anos contribuiu para integrar diferentes dimensões do cuidado em um ambiente informacional único, ampliando a capacidade analítica do sistema de saúde. Nesse sentido, pode-se afirmar que o prontuário eletrônico ultrapassa a função documental, configurando-se como ferramenta relevante para a produção do conhecimento epidemiológico.

A relevância desse debate torna-se ainda mais evidente quando se considera que a qualidade da informação interfere diretamente na definição de prioridades sanitárias e na avaliação do desempenho das equipes. O guia ministerial para qualificação dos indicadores enfatiza que o correto preenchimento dos registros constitui condição indispensável para a geração de dados consistentes e para o financiamento das ações na

Atenção Primária (Brasil, 2025a). Assim, observa-se que a confiabilidade informacional se relaciona de maneira intrínseca à sustentabilidade das políticas públicas.

No campo assistencial, a informatização também repercute na organização do cuidado. Conforme assinala Macêdo (2025), o uso do prontuário eletrônico favorece a continuidade assistencial ao permitir acesso estruturado ao histórico do usuário, reduzindo a fragmentação das informações e fortalecendo a coordenação entre profissionais. Complementarmente, Lima (2025) destaca que a informatização na gestão pública amplia a transparência e favorece maior agilidade nos processos decisórios, permitindo que gestores atuem com base em dados sistematizados.

Entretanto, ainda que os avanços sejam expressivos, a literatura aponta que a efetividade dessas ferramentas permanece condicionada a fatores institucionais. Moreira et al. (2024) identificam limitações operacionais relacionadas à usabilidade e à infraestrutura tecnológica, enquanto Falcão e Barbosa (2021) ressaltam que a capacitação profissional constitui elemento indispensável para o uso qualificado do sistema. Sob essa mesma perspectiva, Viola (2021) observa que variáveis organizacionais influenciam diretamente o grau de incorporação do prontuário eletrônico na prática cotidiana.

Diante desse contexto, Rocha (2021) enfatiza que o êxito dos sistemas de informação na Atenção Primária depende da existência de governança informacional capaz de assegurar a gestão adequada dos dados e sua utilização estratégica. Ademais, Sousa et al. (2018) destacam que o e-SUS se configura como ferramenta relevante para a análise da situação de saúde, reforçando o potencial da informatização para fortalecer a capacidade decisória do SUS.

Posto isso, torna-se pertinente problematizar em que medida o Prontuário Eletrônico do Cidadão tem contribuído para a qualificação dos indicadores epidemiológicos e para o aprimoramento da tomada de decisão em saúde pública. Parte-se da hipótese de que a informatização da Atenção Primária favorece a produção de informações mais confiáveis e amplia a capacidade analítica dos gestores, ainda que sua efetividade dependa de condições estruturais e organizacionais.

Dessa forma, o presente estudo tem como objetivo analisar a qualidade, a efetividade e os impactos do Prontuário Eletrônico do Cidadão na produção de indicadores epidemiológicos e na tomada de decisão no âmbito do SUS. Justifica-se pela relevância crescente da informação como elemento estruturante das políticas de saúde e pela necessidade de compreender como a transformação digital pode contribuir para

práticas sanitárias mais eficientes, integradas e responsivas às necessidades da população.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Sistemas de informação em saúde e a informatização da atenção primária no SUS

A consolidação dos sistemas de saúde contemporâneos encontra na informação um de seus principais eixos estruturantes, pois, conforme assinala Rocha (2021), a produção de dados confiáveis sustenta o planejamento, o monitoramento e a avaliação das ações sanitárias, permitindo que a gestão se organize de maneira mais responsiva às necessidades coletivas. Sob essa perspectiva, pode-se afirmar que os Sistemas de Informação em Saúde configuram-se como dispositivos organizacionais capazes de transformar registros cotidianos em subsídios estratégicos, fortalecendo a capacidade institucional de interpretar o território e orientar intervenções.

Nessa direção, é bem como pontuam Sousa et al. (2018) que a estratégia e-SUS foi concebida com a finalidade de qualificar a coleta e a análise das informações na Atenção Primária, favorecendo leituras ampliadas da situação de saúde. Diante dessa afirmação, percebe-se que a informação deixa de ocupar posição meramente instrumental e passa a assumir centralidade na condução das políticas públicas, sustentando decisões que impactam diretamente a organização do cuidado.

A compreensão dessa centralidade torna-se ainda mais evidente quando se observa que a estrutura informacional da Atenção Primária não se limita ao armazenamento de dados, mas envolve dimensões organizacionais que condicionam a efetividade da gestão. Nesse sentido, apresenta-se a Tabela 1, que sintetiza os elementos estruturantes dos sistemas informacionais no contexto da APS.

Tabela 1 – Dimensões estruturantes dos Sistemas de Informação em Saúde na Atenção Primária

Dimensão	Caracterização teórica	Implicações para a gestão
Estrutura informacional	Organização sistemática dos registros clínicos e administrativos	Favorece planejamento baseado em evidências
Padronização dos dados	Utilização de critérios uniformes para registro	Permite comparabilidade entre territórios
Integração sistêmica	Articulação entre bases e níveis de atenção	Amplia a coordenação do cuidado

Dimensão	Caracterização teórica	Implicações para a gestão
Inteligência epidemiológica	Transformação dos dados em indicadores	Sustenta decisões estratégicas
Governança da informação	Diretrizes voltadas à gestão e qualidade dos dados	Eleva a confiabilidade institucional

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Rocha (2021), Sousa et al. (2018) e Barros (2024).

A partir dessas dimensões, torna-se possível compreender que a qualificação informacional não ocorre de forma espontânea, dependendo de diretrizes políticas e normativas que orientem sua operacionalização. Conforme estabelece a Portaria nº 2.983/2019, o Programa Informatiza APS possui o objetivo de apoiar a informatização das unidades e qualificar os dados em saúde, subsidiando o planejamento e a avaliação das ações e serviços (Brasil, 2019). Assim, diante desse direcionamento institucional, pode-se afirmar que a digitalização da Atenção Primária revela uma reconfiguração do modelo organizacional da saúde pública brasileira.

Essa orientação normativa articula-se aos documentos ministeriais que estruturam o uso dos sistemas digitais, os quais reforçam a necessidade de registros qualificados para a produção de indicadores consistentes. Para melhor visualização desse arcabouço regulatório, a Tabela 2 apresenta os principais marcos da informatização da APS.

Tabela 2 – Marcos normativos da informatização da Atenção Primária à Saúde

Documento	Finalidade	Relevância teórica
Portaria nº 2.983/2019	Institui o Programa Informatiza APS	Consolida a informatização como estratégia nacional
Guia para Qualificação dos Indicadores	Define parâmetros para produção informacional	Reforça a relação entre registro e avaliação
Manual do PEC	Orienta o uso do prontuário eletrônico	Estrutura o registro assistencial

Fonte: Brasil (2019; 2025a; 2025b).

Sob essa perspectiva, Barros (2024) destaca que a implantação do SISAB promoveu melhorias relevantes na consistência dos registros e ampliou a padronização dos dados enviados às bases nacionais, favorecendo análises comparativas entre regiões. Com isso, observa-se que sistemas informatizados contribuem para reduzir distorções interpretativas e fortalecer a vigilância em saúde.

Examinando a trajetória do e-SUS APS, Celuppi (2024) ressalta que a plataforma se consolidou como um ecossistema informacional capaz de integrar diferentes dimensões do cuidado, fortalecendo a capacidade analítica do SUS. Entretanto, conforme

adverte Rocha (2021), o êxito dessas ferramentas depende de processos estruturados de governança da informação, envolvendo suporte técnico, qualificação profissional e gestão adequada dos dados.

Dessa forma, evidencia-se que os Sistemas de Informação em Saúde constituem a base organizacional da Atenção Primária contemporânea, sustentando a produção de indicadores epidemiológicos e orientando o planejamento territorial, o que torna indispensável compreender, em maior profundidade, o papel desempenhado pelo Prontuário Eletrônico do Cidadão nesse cenário.

2.2 O Prontuário Eletrônico do Cidadão (PEC/e-SUS APS): qualidade da informação, produção de indicadores e impactos na gestão

A incorporação do Prontuário Eletrônico do Cidadão à rotina dos serviços representa um desdobramento estruturante do processo de informatização do SUS, pois, conforme orienta o Ministério da Saúde, o sistema foi desenvolvido para registrar de forma individualizada as ações realizadas pelas equipes, permitindo maior organização das informações clínicas e gerenciais (Brasil, 2025b). Diante dessa afirmação, pode-se afirmar que o prontuário eletrônico passa a ocupar posição estratégica na produção do conhecimento epidemiológico.

O próprio guia ministerial enfatiza que a qualificação dos indicadores depende diretamente do registro adequado das informações, uma vez que os dados alimentam sistemas nacionais utilizados para avaliação do desempenho e definição de prioridades sanitárias (Brasil, 2025a). Sob essa perspectiva, atributos relacionados à qualidade informacional tornam-se elementos centrais da gestão.

Para sistematizar esses atributos, apresenta-se a Tabela 3.

Tabela 3 – Atributos da qualidade da informação aplicados ao Prontuário Eletrônico

Atributo	Definição	Repercussão na APS
Completude	Registro integral das informações	Amplia a compreensão clínica
Confiabilidade	Precisão dos dados inseridos	Reduz riscos decisórios
Consistência	Coerência entre registros	Evita interpretações equivocadas
Oportunidade	Disponibilidade em tempo adequado	Favorece intervenções rápidas
Rastreabilidade	Acompanhamento do histórico	Fortalece a longitudinalidade

Fonte: Brasil (2025a), Lima (2025) e Macêdo (2025).

Nessa direção, Lima (2025) afirma que a informatização na administração pública amplia a transparência e favorece maior agilidade decisória, permitindo que gestores atuem com base em dados sistematizados. Complementarmente, Macêdo (2025) destaca que o acesso facilitado ao histórico do usuário contribui para a continuidade do cuidado, reduzindo a fragmentação informacional.

A materialidade dessas contribuições pode ser mais bem compreendida a partir das potencialidades estruturais do sistema, sintetizadas na Tabela 4.

Tabela 4 – Potencialidades estruturais do Prontuário Eletrônico do Cidadão

Potencialidade	Fundamentação	Desdobramento organizacional
Organização do fluxo informacional	Estrutura registros individualizados	Favorece continuidade assistencial
Produção de relatórios	Sistematiza dados para análise	Contribui para planejamento
Suporte à gestão	Disponibiliza informações estratégicas	Amplia capacidade decisória
Integração profissional	Compartilha históricos	Reduz fragmentação do cuidado

Fonte: Brasil (2025b), Celuppi (2024) e Passos (2024).

Entretanto, conforme assinala Passos (2024), a incorporação dessas funcionalidades depende da utilização efetiva dos relatórios pelas equipes, o que demonstra que o potencial tecnológico necessita ser acompanhado por práticas organizacionais consistentes.

Ainda que os avanços sejam evidentes, condicionantes institucionais influenciam diretamente a consolidação da informatização. Para melhor compreensão desses fatores, apresenta-se a Tabela 5.

Tabela 5 – Condicionantes institucionais da consolidação do PEC na Atenção Primária

Condicionante	Descrição	Repercussão organizacional
Infraestrutura tecnológica	Disponibilidade de equipamentos e conectividade	Sustenta o funcionamento do sistema
Capacitação profissional	Formação contínua das equipes	Amplia o uso qualificado
Suporte institucional	Apoio técnico e gerencial	Favorece estabilidade operacional
Cultura informacional	Valorização do uso de dados	Fortalece decisões baseadas em evidências

Fonte: Moreira et al. (2024), Falcão e Barbosa (2021) e Viola (2021).

Moreira et al. (2024) identificam dificuldades relacionadas à usabilidade e instabilidades operacionais, enquanto Falcão e Barbosa (2021) ressaltam que a ausência

de capacitação reduz o aproveitamento das funcionalidades do prontuário. Sob essa mesma perspectiva, Viola (2021) observa que fatores organizacionais influenciam o grau de incorporação da ferramenta.

Assim, ao considerar a trajetória do e-SUS APS, Celuppi (2024) ressalta que a consolidação do prontuário eletrônico fortaleceu a capacidade analítica do sistema de saúde, porém, conforme indicam Rocha (2021) e Barros (2024), sua efetividade permanece condicionada à existência de governança informacional e maturidade institucional.

Posto isso, evidencia-se que o Prontuário Eletrônico do Cidadão ocupa posição central na qualificação da informação em saúde e na sustentação das práticas decisórias, configurando-se como elemento estruturante da gestão contemporânea do SUS.

3 METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, com abordagem descritiva e delineamento fundamentado na revisão bibliográfica, estruturando-se a partir da análise crítica de produções científicas e documentos institucionais relacionados ao Prontuário Eletrônico do Cidadão (PEC/e-SUS APS) e à informatização da Atenção Primária à Saúde no contexto do Sistema Único de Saúde. Tal escolha metodológica justifica-se pela necessidade de compreender, sob uma perspectiva teórico-analítica, como a qualificação da informação em saúde repercute na produção de indicadores epidemiológicos e na tomada de decisão em saúde pública.

A investigação foi conduzida mediante levantamento sistematizado da literatura, contemplando artigos científicos, trabalhos acadêmicos, normativas ministeriais e manuais técnicos, selecionados por sua pertinência temática e relevância para o campo da saúde coletiva e da gestão em saúde. O processo de busca ocorreu em bases de dados amplamente reconhecidas no meio acadêmico, incluindo Scientific Electronic Library Online (SciELO), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Google Acadêmico e repositórios institucionais de universidades públicas brasileiras, os quais reúnem produções consolidadas e documentos oficiais.

Para a identificação dos materiais, empregaram-se descritores em língua portuguesa combinados por operadores booleanos, a saber: “Sistemas de Informação em Saúde” AND “Atenção Primária”, “Prontuário Eletrônico do Cidadão” OR “e-SUS APS”,

“informatização em saúde” AND “gestão pública”, “indicadores epidemiológicos” AND “tomada de decisão”, bem como “qualidade da informação em saúde”. A utilização dessas combinações permitiu ampliar o alcance dos resultados e localizar produções diretamente relacionadas ao objeto investigado.

Como critérios de inclusão, adotaram-se: publicações disponíveis na íntegra em formato eletrônico; textos redigidos em língua portuguesa; materiais publicados preferencialmente nos últimos anos, considerando a natureza dinâmica do processo de informatização em saúde; além de documentos normativos vigentes e produções consideradas referenciais para a compreensão histórica e conceitual do tema. Por outro lado, foram excluídos estudos duplicados, produções que não apresentavam aderência ao escopo da pesquisa e textos cuja abordagem não contemplava a relação entre sistemas informacionais, gestão e Atenção Primária.

Após a etapa de seleção, realizou-se leitura exploratória dos materiais com o objetivo de reconhecer sua pertinência analítica, seguida de leitura aprofundada, que possibilitou a identificação das categorias temáticas centrais. Posteriormente, procedeu-se à organização interpretativa do conteúdo, estruturando-o em eixos teóricos relacionados aos sistemas de informação em saúde, ao processo de informatização da Atenção Primária e às implicações do uso do prontuário eletrônico na qualificação dos dados e na gestão sanitária.

A análise dos dados ocorreu por meio de abordagem interpretativa, priorizando a articulação entre os referenciais teóricos e os objetivos propostos, buscando compreender convergências, tensões e contribuições presentes na literatura. Esse movimento analítico permitiu construir uma leitura integrada do fenômeno investigado, evitando descrições meramente expositivas e favorecendo uma compreensão mais abrangente do papel estratégico da informação na saúde pública.

Ressalta-se que, por se tratar de uma pesquisa baseada exclusivamente em fontes secundárias de acesso público, não houve necessidade de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa, em conformidade com as diretrizes nacionais para estudos dessa natureza. Ainda assim, foram respeitados os princípios éticos da produção científica, garantindo-se a adequada citação das obras utilizadas e a fidedignidade das informações apresentadas.

Por fim, reconhece-se que a revisão bibliográfica apresenta limitações inerentes à dependência de produções previamente publicadas; entretanto, tal abordagem mostra-se adequada para a compreensão do estado atual do conhecimento sobre a informatização

da Atenção Primária e seus desdobramentos na gestão do SUS, oferecendo subsídios teóricos consistentes para a reflexão proposta neste estudo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A consolidação do Prontuário Eletrônico do Cidadão (PEC), inserido na estratégia do e-SUS Atenção Primária, representa um marco no processo de informatização do Sistema Único de Saúde, sobretudo no que se refere à qualificação da informação e à ampliação da capacidade decisória dos gestores. É bem como pontua o Ministério da Saúde que o sistema foi concebido para registrar de forma individualizada as ações desenvolvidas pelas equipes, permitindo maior organização dos dados assistenciais e gerenciais, com impactos diretos na produção de indicadores epidemiológicos (Brasil, 2025a).

Sob essa perspectiva, pode-se afirmar que a digitalização da APS passa a constituir elemento estruturante da gestão contemporânea, pois, de acordo com a própria diretriz institucional, informações qualificadas sustentam intervenções sanitárias mais oportunas e coerentes com as necessidades territoriais (Brasil, 2025b).

Diante dessa afirmação, torna-se pertinente reconhecer que a institucionalização da informatização na Atenção Primária à Saúde ganhou densidade normativa com a Portaria nº 2.983/2019, a qual instituiu o Programa Informatiza APS com o propósito de fortalecer a infraestrutura tecnológica das unidades e elevar o padrão dos dados enviados às bases nacionais. O próprio texto normativo explicita essa diretriz ao estabelecer que:

“Fica instituído o Programa de Apoio à Informatização e Qualificação dos Dados da Atenção Primária à Saúde – Informatiza APS, com o objetivo de apoiar a informatização das unidades de saúde da família e de atenção primária à saúde, bem como de qualificar os dados em saúde dos municípios e do Distrito Federal, de modo a subsidiar o planejamento, o monitoramento e a avaliação das ações e serviços de saúde” (Brasil, 2019, s.p.).

Conforme se depreende do excerto, a qualificação da informação passa a figurar como elemento estruturante da gestão pública em saúde, pois, diante dessa orientação normativa, a informatização deixa de ocupar posição meramente instrumental e passa a configurar-se como eixo organizador das práticas assistenciais e gerenciais. Nesse sentido, pode-se afirmar que a política de informatização revela uma reconfiguração do

modelo organizacional da atenção básica, na qual a informação assume centralidade estratégica para a condução das políticas públicas.

Essa compreensão encontra respaldo na análise de Barros (2024), pois, de acordo com o autor, a implantação do SISAB, articulada ao PEC, promoveu melhorias substanciais na consistência dos registros e reduziu distorções associadas aos sistemas anteriormente utilizados. Com isso, ampliou-se a comparabilidade entre municípios e regiões, fortalecendo as bases que orientam a formulação de políticas públicas. É bem como bem pontua Barros (2024) que dados padronizados permitem interpretações epidemiológicas mais seguras, o que repercute diretamente na capacidade de resposta do sistema de saúde diante de agravos e vulnerabilidades populacionais.

Sob essa perspectiva, é inegável que a consolidação do e-SUS APS, após uma década de implementação, evidencia avanços importantes na constituição de um ecossistema informacional integrado. Conforme assinala Celuppi (2024), a plataforma passou a reunir múltiplas dimensões do cuidado em um único ambiente digital, fortalecendo tanto a vigilância em saúde quanto a avaliação do desempenho das equipes. Assim, diante desse cenário, pode-se afirmar que a integração informacional amplia a inteligência institucional do SUS, permitindo leituras mais refinadas do território e favorecendo decisões sustentadas por evidências.

Essa potencialidade já havia sido indicada por Sousa *et al.* (2018), pois, de acordo com os autores, o e-SUS configura-se como ferramenta relevante para a análise da situação de saúde e para o apoio às práticas gerenciais na atenção primária. Desse modo, observa-se que a informatização contribui para superar a fragmentação histórica dos sistemas de informação, estabelecendo fluxos mais contínuos e confiáveis, ainda que persistam desafios operacionais.

No plano da organização do trabalho, é bem como pontua Passos (2024) que os relatórios gerados pelo e-SUS passaram a integrar a rotina das equipes de Saúde da Família, subsidiando a definição de prioridades, o acompanhamento de metas e a reorganização das agendas assistenciais. Com isso, o prontuário eletrônico deixa de ocupar posição meramente documental e passa a atuar como instrumento ativo de planejamento, favorecendo maior coerência entre necessidades populacionais e oferta de serviços.

Essa transformação também repercute na qualidade da assistência. Conforme assinala Macêdo (2025), o acesso facilitado ao histórico do usuário contribui para a

continuidade do cuidado e reduz a fragmentação das informações clínicas, fortalecendo a coordenação entre profissionais. Diante dessa afirmação, pode-se afirmar que a longitudinalidade — princípio estruturante da APS — encontra no prontuário eletrônico um suporte tecnológico capaz de potencializar sua efetivação prática.

No campo da gestão pública, Lima (2025) destaca que a informatização amplia a transparência administrativa e confere maior agilidade aos processos decisórios, pois gestores passam a dispor de dados sistematizados para orientar a alocação de recursos e a definição de estratégias. Assim, sob essa perspectiva, a digitalização emerge como mecanismo de racionalização do uso dos recursos públicos, contribuindo para maior eficiência institucional, ainda que tal processo exija maturidade organizacional.

Entretanto, diante desse cenário de avanços, a literatura evidencia limites que tensionam a efetividade do sistema. Conforme assinalam Moreira et al. (2024), profissionais da odontologia relataram dificuldades relacionadas à usabilidade do sistema, lentidão e instabilidades operacionais, fatores que interferem na experiência de uso e podem comprometer a qualidade dos registros. Por outro lado, Falcão e Barbosa (2021) observam que a ausência de capacitação contínua constitui obstáculo relevante, pois, de acordo com os autores, o domínio insuficiente das funcionalidades reduz o aproveitamento do potencial analítico do prontuário.

Essa heterogeneidade na utilização do PEC também foi identificada por Viola (2021), que desenvolveu instrumento específico para avaliar o uso do sistema na atenção primária e verificou que fatores como suporte institucional, infraestrutura tecnológica e cultura organizacional orientada à informação influenciam diretamente o grau de incorporação da ferramenta. Desse modo, pode-se afirmar que a disponibilidade tecnológica, por si só, não garante uso qualificado, exigindo processos estruturados de acompanhamento e apoio técnico.

Tal interpretação converge com a análise de Rocha (2021), pois, conforme assinala a autora, o êxito dos sistemas de informação na APS depende da existência de governança informacional, compreendida como a capacidade institucional de gerir, monitorar e qualificar os dados produzidos. Com isso, evidencia-se que a transformação digital do SUS ultrapassa a dimensão tecnológica, implicando mudanças culturais e organizacionais que demandam tempo e investimento contínuo.

Outro aspecto relevante refere-se à percepção dos profissionais acerca do prontuário eletrônico. É bem como pontuam Falcão e Barbosa (2021) que, embora o

sistema seja reconhecido como instrumento capaz de otimizar o fluxo de informações, sua implementação pode gerar resistências iniciais, sobretudo quando não acompanhada de suporte adequado. Assim, diante dessa afirmação, percebe-se que processos de educação permanente tornam-se indispensáveis para consolidar a cultura do uso de dados na prática cotidiana.

Por fim, ao considerar as diretrizes oficiais voltadas à qualificação dos indicadores da APS, o Ministério da Saúde enfatiza que o correto preenchimento das informações no PEC repercute diretamente no financiamento e na avaliação do desempenho das equipes, reforçando a centralidade do sistema para a sustentabilidade do SUS (Brasil, 2025a). Posto isso, pode-se afirmar que a produção de indicadores epidemiológicos deixa de ser mera exigência burocrática e passa a constituir fundamento para a tomada de decisão responsável.

Portanto, diante do conjunto das evidências analisadas, é inegável que o PEC/e-SUS APS representa avanço significativo na modernização da saúde pública brasileira, fortalecendo a produção de informações confiáveis, ampliando a capacidade analítica do sistema e favorecendo decisões mais alinhadas às necessidades sociais. Contudo, conforme indicam os autores, a efetividade plena dessa ferramenta permanece condicionada à qualificação da infraestrutura, ao investimento na formação profissional e à consolidação de práticas de governança da informação, pois, somente com essa base será possível transformar dados em conhecimento aplicado à gestão e, conseqüentemente, em melhores resultados para a população.

5 CONCLUSÃO

A informatização da Atenção Primária à Saúde representa um processo estruturante na reorganização contemporânea do Sistema Único de Saúde, evidenciando uma mudança paradigmática na forma como a informação passa a sustentar o planejamento, a gestão e a avaliação das ações sanitárias. Nesse sentido, torna-se possível compreender que a incorporação do Prontuário Eletrônico do Cidadão ultrapassa a dimensão meramente tecnológica, configurando-se como elemento articulador de práticas assistenciais mais organizadas e de processos decisórios potencialmente mais qualificados.

Ao longo desta investigação, evidenciou-se que a produção de dados estruturados favorece leituras mais abrangentes das necessidades territoriais, permitindo que a gestão atue de maneira progressivamente orientada por evidências. Essa lógica contribui para maior previsibilidade das demandas, fortalece o monitoramento das ações e amplia a capacidade institucional de formular estratégias coerentes com os desafios epidemiológicos. Assim, observa-se que a centralidade da informação se relaciona diretamente à busca por maior eficiência, transparência e racionalidade no uso dos recursos públicos.

Entretanto, a consolidação desse cenário exige reconhecer que a transformação digital não ocorre de forma homogênea nem isenta de tensões. Aspectos como infraestrutura tecnológica, capacitação profissional e maturidade organizacional emergem como condicionantes relevantes para a incorporação efetiva das ferramentas digitais na rotina dos serviços. Dessa forma, percebe-se que a disponibilidade do sistema, por si só, não assegura sua utilização estratégica, tornando indispensável a construção de uma cultura institucional orientada pelo uso qualificado da informação.

Outro ponto que merece destaque refere-se à capacidade do prontuário eletrônico de favorecer maior integração entre os diferentes pontos da atenção, contribuindo para reduzir a fragmentação do cuidado e ampliar a continuidade assistencial. Essa característica revela-se particularmente relevante em contextos nos quais a coordenação das ações se apresenta como desafio histórico, reforçando a importância de dispositivos que promovam maior articulação entre profissionais e serviços.

Sob essa perspectiva, torna-se evidente que a digitalização da Atenção Primária deve ser compreendida como processo contínuo e dinâmico, demandando aperfeiçoamentos permanentes capazes de acompanhar as transformações sociais, tecnológicas e sanitárias. Tal compreensão afasta leituras simplificadoras que associam inovação apenas à incorporação de ferramentas, direcionando o debate para a necessidade de integrar tecnologia, gestão e prática profissional em um movimento convergente.

Portanto, pode-se afirmar que o Prontuário Eletrônico do Cidadão ocupa posição estratégica na construção de uma gestão pública mais informada e responsiva, ao mesmo tempo em que evidencia a importância de fortalecer estruturas institucionais capazes de sustentar essa transformação. Desse modo, a efetividade do sistema tende a depender menos de sua existência formal e mais da capacidade organizacional de transformar dados

em conhecimento aplicado, favorecendo decisões mais consistentes e alinhadas às necessidades da população.

Diante desse cenário, projeta-se que o avanço da informatização poderá contribuir de maneira crescente para o fortalecimento da Atenção Primária e para a consolidação de práticas sanitárias orientadas pela inteligência informacional, desde que acompanhado por investimentos contínuos e por uma visão estratégica comprometida com a qualificação do cuidado.

REFERÊNCIAS

BARROS, R. D. Avaliação do impacto da implantação do novo sistema de informação em saúde na atenção primária: o caso do SISAB. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 1, e00084623, 2024. Disponível em: <https://cadernos.ensp.fiocruz.br/ojs/index.php/csp/article/view/8468/18876>. Acesso em: 9 fev. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia para qualificação dos indicadores da Atenção Primária à Saúde**: Prontuário Eletrônico do Cidadão (PEC). Brasília: Ministério da Saúde, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/guias-e-manuais/2023/guia-prontuario-eletronico-do-cidadao-pec/view>. Acesso em: 9 fev. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Manual do Prontuário Eletrônico e-SUS APS**. Brasília: Ministério da Saúde, 2025. Disponível em: <https://sisaps.saude.gov.br/sistemas/esusaps/docs/manual/PEC/>. Acesso em: 9 fev. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.983, de 11 de novembro de 2019. Institui o Programa de Apoio à Informatização e Qualificação dos Dados da Atenção Primária à Saúde - Informatiza APS. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 220, p. 99, 13 nov. 2019. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2019/prt2983_13_11_2019.html. Acesso em: 9 fev. 2026.

CELUPPI, I. C. Dez anos do Prontuário Eletrônico do Cidadão e-SUS APS. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 58, 2024. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/rsp/2024.v58/23/pt/>. Acesso em: 9 fev. 2026.

FALCÃO, F. S. B.; BARBOSA, S. M. **Sistema de prontuário eletrônico na percepção dos profissionais de saúde**: uma revisão de literatura. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2021. Disponível em: <https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/bitstream/123456789/6989/1/FRANCISCO%20ERGIO%20BARBOSA%20FALC%C3%83O%20.pdf>. Acesso em: 9 fev. 2026.

LIMA, A. P. S. **A importância da informatização na gestão pública**: um estudo de caso sobre o Prontuário Eletrônico do Cidadão (PEC). 2025. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Gestão Pública) – Universidade Federal de Campina Grande, Sumé, 2025. Disponível em:

<https://dspace.sti.ufcg.edu.br/bitstream/riufcg/44756/1/ANDERSON%20PORTELA%20OSILVA%20DE%20LIMA%20-%20TCC%20GESTAO%20PUBLICA%20CDSA%202025.pdf>. Acesso em: 9 fev. 2026.

MACÊDO, M. E. N. F. A importância do Prontuário Eletrônico do Cidadão (PEC) para a melhoria da qualidade da assistência na Atenção Primária à Saúde. **Revista Psicologia, Política e Cidadania**, v. 13, n. 2, p. 45-58, 2025. Disponível em: <https://journalppc.com/RPPC/article/download/1567/957>. Acesso em: 9 fev. 2026.

MOREIRA, K. S. *et al.* e-SUS APS: necessidades de melhorias operacionais na percepção dos cirurgiões-dentistas de um distrito sanitário do Recife-PE. **Revista Saúde em Redes**, v. 10, n. 1, 2024. Disponível em: <https://revista.redeunida.org.br/ojs/index.php/rede-unida/article/download/4138/1345>. Acesso em: 9 fev. 2026.

PASSOS, T. S. Utilização dos relatórios do e-SUS da Atenção Primária à Saúde na rotina de trabalho das equipes de Saúde da Família. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 48, n. spe2, e8917, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/sdeb/2024.v48nspe2/e8917/>. Acesso em: 9 fev. 2026.

ROCHA, J. S. M. **Uso e avaliação dos sistemas de informação da atenção primária à saúde: uma análise do e-SUS APS**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2021. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/31726/1/2021_JessikaSouzaMelloDaRocha_tcc.pdf. Acesso em: 9 fev. 2026.

SOUSA, E. M. *et al.* Prospecção da estratégia e-SUS: uma ferramenta de gestão e análise de situação de saúde na atenção primária. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE, 3., 2018, Campina Grande. **Anais [...]**. Campina Grande: Realize Editora, 2018. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conbracis/2018/TRABALHO_EV108_MD4_SA4_ID1631_21052018202129.pdf. Acesso em: 9 fev. 2026.

VIOLA, C. G. Instrumento para avaliar o uso do prontuário eletrônico do cidadão na atenção primária à saúde. **Aquichan**, Bogotá, v. 21, n. 2, p. e157, 2021. Disponível em: https://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S0121-45002021000200157&script=sci_arttext. Acesso em: 9 fev. 2026.

Contribuição dos autores

Todos os autores contribuíram igualmente para o desenvolvimento deste artigo.

Disponibilidade dos dados

Todos os conjuntos de dados relevantes para as conclusões deste estudo estão totalmente disponíveis no artigo.

Como citar este artigo (APA)

Rodrigues, E. R. da S., Gusmão, A. C. de, Vieira, N. C. B., Biasi, I. P., Silva, G. F. S. da, Correa, J. P. C., ... Silva, A. P. M. B. da. (2026). AVALIAÇÃO DA QUALIDADE, EFETIVIDADE E IMPACTO DO PRONTUÁRIO ELETRÔNICO DO CIDADÃO (PEC/E-SUS APS) NA PRODUÇÃO DE INDICADORES EPIDEMIOLÓGICOS E NA TOMADA DE DECISÃO EM SAÚDE PÚBLICA NO SUS. *Veredas Do Direito*, 23, e235074. <https://doi.org/10.18623/rvd.v23.n4.5074>